

As atividades de organização no Estado Novo

O QUARTO aniversário do D.A.S.P., que transcorrerá no dia 30 de julho próximo, vai dar oportunidade ao público de medir a extensão das atividades do Governo Federal no setor da organização dos serviços públicos. Com essa finalidade, um vasto plano de comemorações está sendo elaborado, dele constando, segundo já se tornou público, uma exposição nos andares térreo e primeiro do edifício, prestes a concluir, do Ministério da Educação e Saúde, uma série de conferências no recinto da exposição (auditório) e uma campanha publicitária elucidativa de âmbito nacional. Além da demonstração do trabalho realizado figura, ainda, no plano de comemorações, uma solicitação a ser feita ao público, para que expresse, por meio de questionário a ser lançado no recinto da exposição, o seu ponto de vista franco — assegurada, inclusive a omissão de assinatura — sobre a obra cujos resultados vão ser entregues à apreciação geral.

Depois de quase um lustro de ativa participação na vida do país, vai o Departamento Administrativo do Serviço Público mostrar aos brasileiros um dos aspectos mais arduos de sua tarefa — precisamente o que mais de perto se relaciona com o problema da eficiência nos serviços do Estado e, por isso mesmo, de solução intimamente ligada ao êxito de qualquer programa de governo. A hora não age em desfavor dessa demonstração. Pelo contrário. Pertencem ao passado as reações provocadas pela incompreensão, até certo ponto justificável dada a ausência, em nosso meio, de um interesse maior pelos assuntos dessa ordem, quanto à necessidade de um aparelhamento administrativo capaz de fazer face às tremendas imposições do Estado, em nossos dias. Não há dúvida de que foi preciso algum tempo para que muitos cavalheiros compreendessem que a vida contemporânea, em qualquer plano, e, mais coercitivamente, no das nações, só poderia ser aceita em termos novos, vale dizer, em termos de organização. Felizmente, porém, isso já não acontece. A obra do Departamento Administrativo do Serviço Público, não apenas no que se refere, particularmente, a racionalização estrutural dos órgãos administrativos, como em qualquer dos outros setores de sua atividade, pode ser julgada conscientemente, opondo-se-lhe reparos ou apresentando sugestões para o seu aperfeiçoamento, sem que ela corra os riscos de uma interpretação

erronea quanto à sua utilidade ou o seu valor. Realizada à luz de princípios universais e de doutrina provada na experiência de outros povos, a sua finalidade foi e é a de servir a supremos interesses nacionais. Por isso mesmo, na sua implantação, as circunstâncias peculiares ao meio brasileiro tinham que ser atendidas, para facilitar a sua aceitação e a sua solidez. Uma e outra coisa poderão ser comprovadas na exposição de 30 de julho. O espírito que anima essa parada, não é o de uma propaganda, na significação mais corrente do vocábulo. Mas o de uma prestação de contas — cujo magnífico exemplo pode ser encontrado na exposição do Estado Novo, em 1940 — para que sobre elas se manifeste a opinião pública, cuja participação nas atividades de governo é característica das democracias.